

## FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL EM VIEIRA PINTO

Silvano Severino Dias\*

### RESUMO

Este texto visa analisar algumas categorias que fundamentam a teoria educacional no pensamento filosófico e social de Álvaro Vieira Pinto. A repercussão do pensamento desse autor ganhou repercussão no cenário nacional a partir dos anos 50 e meados dos anos 60 do século XX. Sendo subsídio para as reivindicações dos movimentos populares, de intelectuais e educadores brasileiros, como Paulo Freire, o pensamento de Vieira Pinto ultrapassa as paredes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); com profundidade e propriedade, Vieira Pinto debate sobre vários temas, dentre eles encontra-se o da educação — objeto desse estudo.

COSNCIÊNCIA INGÊNUA E CRÍTICA — TEORIA EDUCACIONAL — EDUCAÇÃO E CONCEPÇÃO DE HOMEM

### 1. Considerações Iniciais

O pensamento educacional de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) — de cunho sociológico e filosófico — não se encontra desvinculado das questões sociais, políticas e culturais de seu tempo. O presente estudo procura explicitar algumas categorias basilares que dão sustentação à concepção de educação deste autor.

A interpretação de Vieira Pinto sobre a realidade brasileira ganhou forma e expressão no cenário nacional, no período em que atuou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), entre os anos 50 e 60 do século XX. Esse período foi marcado pela acentuada crise da elite agrário-mercantil, pelo êxodo rural, pela efervescência dos movimentos populares, pela crescente luta em torno da reforma universitária, pela erradicação do analfabetismo, pela atuação reivindicatória dos seguintes movimentos: UNE (União Nacional dos Estudantes), JEC (Juventude Estudantil Católica), AP (Ação Popular), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB (Movimento de Educação de Base). Lutava-se, nesse momento, pelo processo de democratização do país.

Além dessas lutas, nesse período, travava-se o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação — votada em 1961 —, principalmente, no que diz respeito ao controle da gestão da educação em nosso país. De um lado, encontrava-se a iniciativa privada, que reivindicava para si o controle da gestão da educação e, de outro, estavam intelectuais, estudantes e políticos que defendiam uma educação pública, gratuita e laica para todos, mas sobre o controle do Estado.

A cultura brasileira recebia severas críticas — tanto por parte de intelectuais ligados à direita, quanto os ligados à esquerda nacionalista — ao modo como vinha sendo construída no Brasil. Estas críticas enfocavam a cultura brasileira como sendo: alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental e marcada pelo complexo de inferioridade colonial.

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia — UFU; prof. de Filosofia da ESAMC: Escola Superior de Administração em Marketing e Comunicação—MG, FACU: Faculdade Católica de Uberlândia — MG e da Faculdade de Caldas Novas - UNICALDAS —GO. (E-mail: [silvanosdias@bol.com.br](mailto:silvanosdias@bol.com.br)).

Dentro deste contexto, o nosso estudo visa analisar hermeneuticamente as obras de Vieira Pinto, publicadas nos anos 50 e 60 do século XX. A saber: *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), *Consciência e realidade nacional, v. I e II* (1959), *A questão da universidade* (1961), *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento* (1963), *Ciência e existência* (1969), *Sete lições de educação de adultos* (1982) — cujas reflexões iniciaram-se no Chile em 1966 — e *El pensamiento critico en demografia* (1973). Metodologicamente, trabalhar-se-á com a significação que os aportes categoriais oferecem para compreendermos a visão de mundo, de sociedade e de homem que se encontra presente na concepção de educação de Vieira Pinto.

## **2. Algumas categorias basilares do pensamento de Vieira Pinto**

O pensamento de Vieira Pinto sobre a realidade brasileira — as suas possibilidades de transformação e de construção da autonomia da nação em relação aos países ‘ditos’ desenvolvidos, é um contraponto sócio-político e cultural à compreensão da elite.

Entre os anos 50 e 60 do século XX, a elite oligárquica, agrária e mercantil está no poder, não só detendo os meios de produção e o aparelho ideológico do Estado, mas também o saber. Para Vieira Pinto, a elite compreendia e atribuía à realidade brasileira a característica de ser alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental e marcada pelo complexo de inferioridade colonial. Tais atributos advinham da incapacidade do país alterar a sua situação de submissão, dependência em relação aos países desenvolvidos.

Sobre a situação de dependência, de *subdesenvolvimento* — denominação empregada para indicar um país em processo de desenvolvimento — a elite brasileira via nesse estado de atraso, de submissão e de inferioridade do Brasil a incapacidade de se construir a identidade nacional. Para Vieira Pinto, ao relacionar a realidade, a cultura, o processo de desenvolvimento brasileiro com o dos países desenvolvidos, a elite estabelecia uma simetria entre duas realidades distintas. Essa visão heterônoma não tinha como ponto de partida a realidade histórica existencial de cada país; assim sendo, os países pobres encontrar-se-iam sempre em desvantagem em relação aos países ricos.

Vieira Pinto concebia o subdesenvolvimento como uma situação concreta de atraso que o país vivia, porém não se fixou nela. Este estado de atraso era visto por ele como sendo transitório, pois, poderíamos encontrar novos caminhos para mudarmos a situação política, econômica, social e cultural que nos encontrávamos. Para Vieira Pinto, a práxis, o trabalho das massas populares, compreendia a realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. Assim, a expansão das forças produtivas, a consciência nacional ganharia nova forma de ser.

A realidade brasileira, assim, deixaria de ser vista como estática, homogênea e passaria a ser vista como sendo dinâmica, em constante fluxo. A realidade passa a ser vista como uma unidade sujeito e objeto que se altera e se transforma, “por identificar-se com a lei da transformação, do seu ‘tornar-se’, do seu ‘passar

a ser'.<sup>1</sup> Assim, o subdesenvolvimento deixaria de ser um 'estado' fixo, imóvel, sem possibilidades, para ser uma 'situação' em fluxo contínuo, estando em processo de vir a ser, cheio, impregnado de possibilidades, expressando-se a partir do desejo de ser — do devenir — deixando de ser um projeto dos outros e passando a assumir o seu projeto, construindo o futuro estado de desenvolvimento. A passagem de um estado a outro se dá pela transformação das condições materiais e histórias.

Para Vieira Pinto, a percepção objetiva da realidade somente pode ser captada na e pela consciência que estiver numa realidade, vivenciando-a e sendo condicionado por ela. A compreensão desta consciência sobre a realidade constitui-se a partir da unidade sujeito e objeto. Contrapondo-se as interpretações da realidade brasileira tanto da elite brasileira quanto dos intelectuais das nações dominantes, Vieira Pinto, num primeiro momento, concorda que a condição de dependência nos tenha privado da visão de nós mesmos — do nosso estado existencial, mas, para ele, essas interpretações não conseguiam apreender e expressar a realidade brasileira em sua totalidade.

Sobre a consciência tanto da elite brasileira, quanto da dos intelectuais das nações estrangeiras, Vieira Pinto nos diz que:

Nosso ponto de vista sempre o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e dele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque, — e, isto é mais grave — mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. Faltou-lhe o instrumento indispensável, que só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finitismo de sua visão<sup>2</sup>.

Privados de recursos conceituais, a imagem do Brasil, formada a partir desse ponto de vista, não lhes permitiram apreender o sentido, a estrutura do ser da nação brasileira. As palavras que expressavam a nossa realidade são destituídas de significados, uma vez que os sentidos das palavras só ganham significado quando transcendem do plano empírico ao expressivo, ao significativo.

Nessa perspectiva, não nos tornávamos expressão da nossa realidade a partir da consciência de nós mesmos. Assim sendo, ao assimilarmos interiormente a consciência doada pelos outros, seguindo a sua orientação estávamos nos constituindo não como um ser autêntico, mas inautêntico.

A inautenticidade consistia em que, por falta de consciência própria, utilizávamos o que ser próprio de consciências alheias e pelo modo como essas nos pensávamos é que igualmente é que nos compreendíamos. Estávamos assim entregues ao ponto de vista alheio, regulávamos o juízo sobre nós mesmos pelo modo de pensar alheio, isto é, no sentido rigorosamente etimológico da palavra, alienados. A alienação foi o traço peculiar à nossa sociedade até o presente. A consciência com que nos concebíamos foi uma consciência alienada. (...) O próprio da colônia é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem, é comportar-se como objeto. (...) Mas, quando numa comunidade nacional, até então conduzida pelo espírito inautêntico, chega o momento histórico em que começa a ver-se como possível sujeito, e logo depois

---

<sup>1</sup> PINTO, 1963, p. 271.

<sup>2</sup> PINTO, 1956, p. 13-4.

como sujeito de fato, produz-se a transformação qualitativa da consciência, de alienada em autêntica<sup>3</sup>.

Com a alteração das condições materiais da nação foi possível a transmutação da consciência inautêntica em autêntica, da consciência ingênua em consciência crítica, visto que a consciência acompanha as transformações materiais da sociedade. Diante disso, ocorre a substituição de um complexo de semicolonialismo, modificando-se uma estrutura que nos possibilita a iniciar uma reinterpretação do Brasil.

De acordo com Vieira Pinto, a elite, que se via como a única detentora do saber, concebia as massas populares como sendo desprovidas de saber, passivas, vazias, incultas e dirigidas. Opondo-se a isto, Vieira Pinto possuía uma visão positiva acerca das massas populares, concebendo-as como construtoras do processo de desenvolvimento nacional. “O caráter de incultas que se atribui às massas não coincide de modo algum com a ausência de consciência, nem tampouco a traduz. Têm elas uma consciência nascente, uma protoconsciência<sup>4</sup>”. Para ele, as massas populares não podem ser denominadas de incultas, mas “antes lhe conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa<sup>5</sup>”. Disso resulta que a alteração da realidade concreta e existencial do país, da consciência ingênua em consciência crítica, só seria possível com a implementação da ideologia do desenvolvimento nacional que emergisse da consciência das massas populares. Esta ideologia traduz a compreensão da realidade humano-social como unidade sujeito e objeto, onde as relações e os significados são considerados como produto do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social.

Neste sentido, percebemos que o conceito de consciência social atribuído, exclusivamente, à elite começa a ser posto em questionamento, pois esse era o divisor entre a elite e as massas populares. Vieira Pinto, como ‘intérprete’ das massas populares, acreditava que estas deveriam formular e levar a cabo a ideologia do desenvolvimento nacional, por serem as únicas capazes de perceber e compreender a realidade nacional.

Por ideologia do desenvolvimento nacional

Chamamos ideologia a reflexão da sociedade sobre si mesma, originariamente na consciência individual de cada um dos membros e, a seguir, nas modalidades de comportamento relativamente uniformes da consciência coletiva, reflexão essa que é tão subjetivante, enquanto reflexão intelectual de um estado de coisas, quanto objetivante, como projeto de transformação desse estado da realidade<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento precisa realizar, concomitantemente, tanto a construção da representação, como também, ao associar-se ao ‘ímpeto’ da vontade, intervir ativamente, para transformar a realidade e a consciência que a originou.

Ao acompanhar este processo a consciência deixa de ser ingênua e passa a ser crítica e, conseqüentemente, a ideologia formulada pelas massas populares passa a ser vista como um projeto viável que possibilitaria a construção de nossa identidade nacional. Os intelectuais, políticos e estudantes passariam

---

<sup>3</sup> Idem, 1956, p. 29-30.

<sup>4</sup> Idem, Ibidem.

<sup>5</sup> PINTO, 1956, p. 18.

a ser os porta-vozes das idéias e aspirações das massas populares. Ao atuarem em diferentes setores da sociedade e de instituições estatais, o Estado, por meio de pressão da sociedade organizada, tornaria dominante a ideologia das massas populares.

Em suma, a categoria ‘massas populares’ tornou-se o fórum, o eixo vertebral — a base ontológica — da teoria social e filosófica que fundamenta a concepção educacional de Álvaro Vieira Pinto.

### **3. A Concepção de educação no pensamento de Álvaro Vieira Pinto**

A educação, para Vieira Pinto, por ser constituída de intencionalidades, deve ser pensada a partir de uma concepção prévia de homem. A compreensão da realidade está, intrinsecamente, relacionada com o posicionamento, com os valores de uma consciência que uma determinada sociedade ou grupo social expressa. Assim, uma consciência aberta, tendida a uma realidade, assume ou não os valores de um grupo e da sociedade da qual participa.

Vieira Pinto concebe o homem a partir dos aspectos da história natural e os da história do homem — enquanto produtor de cultura. A característica da história natural assume uma dinâmica ‘evolutiva’ do ser vivo, que constitui o desenvolvimento do homem, enquanto ser cultural. O homem, ao realizar uma atividade produtiva, cria a cultura. O processo de criação da cultura suprassumiu o evolutivo. Disso decorre que a linguagem, os instrumentos de trabalho, as normas criadas pelos homens, identifica-os como ser cultural. É o humano-social em suas relações consigo mesmo, com os outros e com a natureza, quem produz a cultura. Para Vieira Pinto, a construção da cultura pela ação do homem implicou também a reconstrução desse homem, uma vez que ele, ao ser criador de cultura, cria, simultaneamente, a si mesmo e insere, no legado do processo cultural, outra forma de ser e estar no mundo.

O homem é tanto um ser produto da cultura quanto um produtor de sua existência e dos seus meios de sobrevivência para si e para a geração futura. Pela ação produtiva, o homem se origina enquanto ser homem, ou seja, o trabalho é a atividade mediadora entre o mundo e a sua existência no âmbito do mundo cultural. Ao criar a cultura o homem cria a linguagem, a qual constitui o veículo mediador de comunicação do sujeito e o objeto, do homem com os outros e, por fim, dele com a realidade social. O ato de agir sobre o mundo possibilita ao homem desenvolver e ampliar a sua capacidade cognitiva e criativa.

Na dinâmica de uma sociedade determinada, Vieira Pinto diz que tudo está para ser feito. O homem, para ele, então, é aquele que se encontra determinado pelas condições culturais, econômicas e existenciais da realidade brasileira. O trabalho constitui o ser desse homem, amplia a sua percepção da realidade existencial, forma a sua consciência e, conseqüentemente, promove, no ser deste homem-em-situação, a necessidade, as aspirações de criar uma situação de uma condição melhor de vida. É desses homens — massas populares — que se origina a ideologia do desenvolvimento nacional. Assim, pensar o homem é pensá-lo a partir de sua condição existencial real.

---

<sup>6</sup> PINTO, 1960a, p. 45.

Daí decorre que o homem, para Vieira Pinto, deve ser entendido como um ser-em-situação. Esta expressão exprime o ser do homem como algo que se confunde com o meio e o trabalho. Contrário a isso, a consciência ingênua — que elaborava a representação da realidade e não a captava em sua objetividade — concebia o homem, também, de forma abstrato, idealizada.

A educação, por ser uma atividade essencialmente humana, deve compreender o homem como ser concreto, social, existencial. Assim, a educação, para Vieira Pinto, é vista como sendo produto das relações do homem com o seu meio social concreto. É dessa relação social que emergem os desafios e os saberes a serem apreendidos e aprendidos pelos membros da sociedade.

Vieira Pinto apontou-nos que o entendimento acerca do desenvolvimento nacional não se processa em separado à consciência do homem, visto que essa acompanha o processo de formação da consciência da realidade em que vive. Para tanto, antes de anunciarmos os parâmetros do desenvolvimento nacional autônomo, precisamos primeiramente, discutir que tipo de homem deve-se formar.

É nesse sentido, que a questão educacional não pode proceder de forma abstrata, imprecisa, genérica, descolada do contexto histórico-social e existencial do educando. Processando-se assim, Vieira Pinto a compreende como estando assentada no plano do pensar da consciência ingênua, por essa reduzir os males da sociedade aos defeitos da instrução. A educação que se processa dessa maneira, para Vieira Pinto, precisa superar o seu caráter abstrato — pois está desvinculada do contexto histórico existencial — e elitista.

Ao pensarmos na educação, devemos antes de qualquer coisa compreendê-la a partir da concepção de homem que devemos formar. O conteúdo dessa educação deve emergir das condições materiais e existenciais das massas populares, bem como a ideologia do desenvolvimento nacional deve ser expressão e fenômeno das massas populares.

Diante das transformações ocorridas no nível do desenvolvimento econômico, ocorreu um aumento de indivíduos interessados a ingressar ‘na área culturalmente iluminada da nossa sociedade’. Estes fatos possibilitaram ao educando não se restringir às suas ações ao nível da consciência privada, mas transcendê-la ao nível da consciência social. Pois, a solução para os seus problemas encontra-se na estrutura do Estado.

Com essa mudança de comportamento das massas populares, estaremos diante de uma representação transformadora da realidade e da existência humana. Assim, a ideologia que daí emerge se constituirá em uma representação da realidade que transcende o âmbito da consciência privada em direção à consciência social.

Em suma: Vieira Pinto, ao anunciar a questão do desenvolvimento nacional, disse que essa não se processa separadamente do processo educacional, mas este a acompanha simultaneamente. Evidenciar a questão educacional em Álvaro Vieira Pinto é concebê-la como totalidade, objetividade, concreticidade e historicidade que se realizam tanto no processo do desenvolvimento nacional, o qual visa a autonomia tanto da nação, em relação aos países centrais, quanto à consciência dos homens que lutam em prol dessa possibilidade.

A concepção crítica de educação conduz à mudança da situação do homem e da realidade à qual pertence, uma vez que ela possui uma tarefa eminentemente social no sentido de que nada está isento dela e, por outro lado, pelo fato dela se processar ao longo de toda a vida do indivíduo.

Por isso, para Vieira Pinto, o ato de educar para o desenvolvimento não se reduz à transmissão de conteúdos particulares de conhecimento, nem tampouco o ensino de determinadas matérias; é muito mais do que isto, pois trata-se de preparar o educando para um novo modo de pensar e de sentir a existência em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação com um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade.

### **Referência Bibliográfica**

ARAÚJO, José Carlos Sousa. **Filosofia da educação e a realidade brasileira no pensamento marxista**. Campinas, SP: Unicamp, Faculdade de Educação, 1995. (Tese de Doutorado)

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira. 5 ed. Brasília, DF: UnB, 1993.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social**; extensão, limites e perspectivas. Capinas, Unicamp, 1985. p. 170. (Tese de Doutorado).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Trad. Luiz F. Cardoso, Carlos N. Coutinho e Gisch V. Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

JAGUARIBE, Hélio. ISEB - um breve depoimento e uma reapreciação crítica. In: **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro: INÚBIA, Paz e Terra, n. 14, p. 94 - 110, Out./Nov. 1979.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. Rio de Janeiro: UNE, 1961.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional** – consciência ingênua. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960a.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional** – consciência crítica. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960b.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 2 ed., Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1959.

PINTO, Álvaro Vieira. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, MG: Universidade de Minas Gerais, III(2): 252-79, Jul. 1963.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

PINTO, Álvaro Vieira. **El pensamiento crítico en demografía**. Santiago de Chile: CELADE – Centro Latinoamericano de Demografia, 1973.

PISNK, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930 – 1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.